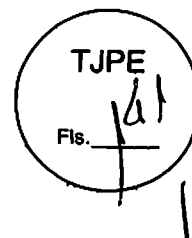




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 40482-22.2012.8.17.0001 (330452-9) - 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: PAULO JOSÉ DE ANDRADE
APELADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

EMENTA: APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE NÃO COMPROVADA. PERDA LEVE DA MOBILIDADE DO TORNOZELO DIREITO CONSTATADA EM LAUDO PERICIAL. INDENIZAÇÃO EM 25% DO QUE SERIA DEVIDO CASO A INUTILIZAÇÃO DA ARTICULAÇÃO FOSSE COMPLETA. APELO IMPROVIDO.

- Não há que se falar em complementação de indenização pelo DPVAT se não resta comprovada a invalidez permanente intensa, a qual ensejaria ressarcimento em 75% do valor a que se refere o artigo 3º, II, da Lei n.º 6.194/74.

- O laudo juntado aos autos não deixa dúvida quanto ao grau da perda de mobilidade do tornozelo direito do Apelante, sendo aquele de leve repercussão.

- Aplicando-se a redução prevista no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, a indenização deve montar em 25% do valor que seria devido caso a perda dos movimentos daquela articulação fosse total.

- Indenização paga anteriormente por meio administrativo.

- Recurso a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

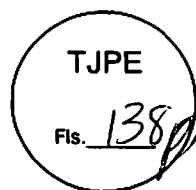
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Sala de Sessões,


Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes - Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 40482-22.2012.8.17.0001 (330452-9) - 30ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: PAULO JOSÉ DE ANDRADE
APELADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

R E L A T Ó R I O

Cuida-se de recurso interposto contra sentença (fls. 103/104) que julgou improcedente Ação de Cobrança de Complemento de Seguro DPVAT, por entender que o valor pago administrativamente ao Apelante observou corretamente a graduação da lesão por ele sofrida, não havendo falar em acréscimo da indenização.

O Apelante ainda foi condenando em custas e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, não obstante a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Cumpre registrar que o autor envolveu-se em acidente automobilístico em 11/12/2011, quando sofreu uma "fratura exposta na tíbia direita", tratada conservadoramente, gerando como sequela "limitação dos movimentos do membro inferior direito", a qual foi, pelo perito, expressamente quantificada em déficit de "25%" (fl. 80).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

Por tais sequelas, recebeu administrativamente a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos - fls. 03 e 75).

Em suas razões recursais (fls. 107/111), o Apelante requer a complementação do valor recebido, de modo que a quantia atinja R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), equivalentes a 70% (setenta por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), percentual este previsto na tabela legal de gradação da invalidez para quem teve perda completa da funcionalidade de um dos membros inferiores.

Em contrarrazões (fls. 120/128), a Apelada requer a manutenção do julgado por seus próprios fundamentos, haja vista o Apelante não ter comprovado por meio documental o grau de invalidez alegado.

É o relatório.

Diante da desnecessidade de revisão, eis que tramitou sob o rito sumário, remeta-se o feito diretamente à pauta, nos termos do art. 76, parágrafo único¹, do Regimento Interno do TJPE.

Recife,

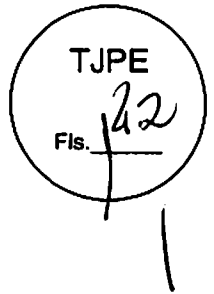
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes - Relator

¹ Art. 76. (...)

Parágrafo Único - Nos recursos interpostos nas causas de procedimento sumário, de despejo e nos casos de indeferimento liminar de petição, não haverá revisor.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 40482-22.2012.8.17.0001 (330452-9) - 30ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

APELANTE: PAULO JOSÉ DE ANDRADE

APELADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

V O T O

F 32

Tratam os autos de discussão quanto à existência de saldo residual a ser pago pela Apelada ao Apelante a título de indenização securitária DPVAT, ensejada por invalidez permanente, decorrente de acidente de trânsito.

Sem maiores rodeios, entendo não assistir razão ao Apelante, em face de tudo quanto consta dos autos e da lei que rege a matéria.

Com efeito, o laudo oficial, produzido em mutirão DPVAT e anexado aos autos (fls. 80/81), é expresso ao classificar o dano anatômico sofrido pelo Apelante - *limitação no tornozelo direito* - em lesão parcial incompleta, geradora de incapacidade definitiva leve, a qual enseja indenização no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) da compensação máxima prevista no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74¹.

¹ II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Ressalta-se, ainda, que o Apelante não carrou aos autos documentos capazes de demonstrar intensa perda de funcionalidade do membro inferior direito, não suscitando, portanto, indenização em 70% (setenta por cento) do valor prestado nos casos de invalidez permanente, como perquirido.

Ademais, o laudo acima referido não deixa dúvida quanto ao grau da perda funcional do tornozelo direito do Apelante, a qual foi classificada como de leve repercussão, para usar o termo mencionado pela própria lei de regência - art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74² -, não havendo que se falar em privação completa.

Destarte, o Apelante faz jus ao recebimento de apenas 25% (vinte e cinco por cento) dos R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) devidos para o caso de perda funcional completa de um membro inferior.

Como o apelado já recebeu administrativamente o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais), mostra-se, portanto, indevida qualquer complementação.

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, mantendo a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes - Relator

² II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (g. n.)